

III Seminário Cidade, Territorialidades e Interseccionalidade – 2025

Territórios em Luta: Práticas dissidentes de (re)existência

REFLEXÕES ACERCA DO DIREITO À CIDADE NO CAPITALISMO: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANA DECOLONIAL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

PEREIRA, Mariah Vitória Silva¹, RODRIGUES, Giselly Barros², D'ALMEIDA, Carolina Heldt³

¹ Arquiteta e urbanista pelo IFSP, Campus São Paulo, mari.v.pereira@hotmail.com

² Professora Doutora, IFSP, Campus São Paulo, giselly.barros@ifsp.edu.br

³ Arquiteta e urbanista, Professora Doutora, carolheldt@gmail.com

Sessão Temática: 4 – Cidade e paisagens em disputas

RESUMO: O presente resumo origina-se de um trabalho de conclusão de curso - de mesmo nome - que busca suscitar reflexões acerca do direito à cidade dentro da sociedade capitalista. Para isso foram abordados diversos temas, passando por perspectivas jurídicas, sociais, urbanísticas, econômicas, climáticas e filosóficas. Por meio de análise bibliográfica e factual, discute-se a possibilidade de um direito pleno à cidade para todos os cidadãos dentro do sistema de produção vigente. Diante das dificuldades enfrentadas pela lógica capitalista, este trabalho busca, ancorado nos saberes ancestrais, alguma resposta. Propõe-se, portanto, um olhar sensível sobre as culturas negras, indígenas e periféricas e sua relação com as memórias de luta, e como intervenções urbanas podem potencializar isso. A proposta não busca solucionar a problemática capitalista, mas sim, trazer um maior senso de comunidade e pertencimento com o intuito de fortalecer os laços interpessoais e sua relação com a luta de classes materializada nos espaços da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-chave: Direto à cidade; Direito à memória; Marxismo; Ancestralidade; Vida em comunidade.

REFLECTIONS ON THE RIGHT TO THE CITY UNDER CAPITALISM: A DECOLONIAL URBAN INTERVENTION PROPOSAL AS A FORM OF RESISTANCE

ABSTRACT: This research originates from a final project of the same name, which aims to raise reflections on the right to the city within capitalist society. To this end, several themes were addressed, covering legal, social, urban, economic, climate and philosophical perspectives. Through a bibliographical and factual analysis, the possibility of a full right to the city for all citizens within the current production system is discussed. Given the difficulties faced by capitalist logic, this study seeks some answers in ancestral knowledge. Therefore, a sensitive approach is proposed toward the Black, Indigenous, and peripheral cultures, along with their connection to the neighborhood's memories of struggle, and how urban interventions can enhance this. The proposal does not aim to solve the capitalist problem, but rather to bring a deeper sense of community and belonging with the goal of strengthening interpersonal ties and their relationship with the class struggle materialized in the urban spaces.

KEYWORDS: Right to the city; Right to memory; Marxism; Ancestry; Community life.

INTRODUÇÃO

A pauta de direito à cidade contextualizada pelo filósofo Henri Lefebvre (2008) pode ser entendida como um conjunto de lutas. É preciso compreender o modo de produção para entender a crise urbana em que estamos inseridos e quais são, de fato, as contradições e sobretudo os fundamentos do modo de produção capitalista que configuram a sua constante reprodução. Este trabalho visa debater a necessidade de se analisar o direito à cidade no contexto capitalista, destacando a relevância do tema para compreender as dinâmicas urbanas e as relações de poder que permeiam o espaço urbano. Ressalta-se a necessidade de uma análise crítica que leva em consideração as influências do sistema econômico na configuração das cidades e na garantia dos direitos de todos os cidadãos.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-reflexivo, fundamentada na análise bibliográfica e factual. Buscou-se articular uma perspectiva marxista com um olhar decolonial — ou contracolonial, conforme proposto pelo pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo) — para problematizar o direito à cidade no contexto capitalista contemporâneo. A metodologia pautou-se na leitura crítica de obras de autores negros, indígenas, latino-americanos, africanos e feministas, com o intuito de tensionar as epistemologias eurocentradas que historicamente orientam os estudos urbanos. Assim, foram considerados não apenas teóricos do campo da arquitetura e do urbanismo, mas também economistas, geógrafos, sociólogos, jornalistas, psicanalistas, escritores e lideranças políticas, ampliando o horizonte de análise sobre a produção e a apropriação do espaço urbano.

A partir dessa revisão bibliográfica interdisciplinar, buscou-se identificar como as relações de poder, classe e colonialidade atravessam o direito à cidade, bem como compreender as formas de resistência e reexistência que emergem das culturas negras, indígenas e periféricas. O trabalho propõe, então, a construção de uma proposta de intervenção urbana decolonial, orientada por saberes ancestrais e experiências comunitárias, enquanto instrumento de fortalecimento dos laços sociais, do pertencimento territorial e da luta simbólica contra a lógica capitalista excludente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reflexão sobre o direito à cidade parte da compreensão de que o espaço urbano não é neutro, mas o palco onde as ideologias segregacionistas se sustentam e se materializam. A partir das contribuições de Henri Lefebvre (2008), entende-se que o planejamento urbano, muitas vezes, serve aos interesses do capital, reforçando desigualdades e delimitando quem tem acesso à cidade e quem dela é excluído. Conceitos como “direito ao entorno”, “não-lugar” e “cidadania mutilada” evidenciam a divisão entre a cidade legal e a ilegal, revelando as estruturas que mantêm a exclusão social e espacial.

Ao analisar quem realmente possui o direito à cidade, o estudo se apoia em perspectivas interseccionais que relacionam classe, raça e gênero, considerando também a crise climática como reflexo e intensificação das contradições do sistema capitalista. As leituras de autoras como Joice Berth (2023) e Carolina Maria de Jesus (2014) contribuem para compreender como a pobreza e a negritude são tratadas como indesejáveis nos espaços urbanos, reforçando o conceito de aporofobia e a seletividade do acesso à cidade.

No campo econômico e político, a análise inspirada em pensadores como Lenin (2011) e Frantz Fanon (2018, 2022) questiona se as desigualdades e exclusões urbanas seriam falhas do sistema ou, ao contrário, parte essencial de seu funcionamento. A dinâmica imperialista e neocolonial que estrutura as relações entre “centros” e “periferias” é reproduzida nas cidades, onde a concentração de poder e riqueza se materializa em formas urbanas excludentes.

Como contraponto, emergem práticas e saberes ancestrais que indicam caminhos possíveis para resistir a essa lógica. A figura do quilombo é resgatada como símbolo de resistência e modelo de organização social alternativa, sustentado em princípios de solidariedade, coletividade e relação

harmônica com o território. Autores como Beatriz Nascimento (2021), Clóvis Moura (2001) e Abdias do Nascimento (2002) fundamentam a importância do “quilombamento” como prática contemporânea de reexistência, inspirando ações urbanas baseadas na ancestralidade e no pertencimento.

Como resultado desse percurso teórico e empírico, foi proposta uma intervenção urbana decolonial tomando a Comunidade Cultural Quilombaque, localizada no bairro de Perus (São Paulo), como ponto de partida. Por meio de análises cartográficas, históricas e visitas técnicas, buscou-se elaborar uma proposta que não se limitasse à requalificação física do espaço, mas que fortalecesse os laços comunitários e as memórias de luta locais. O projeto propõe inserir ações culturais, ambientais e simbólicas que resgatem o sentido de coletividade e resistência frente à lógica capitalista.

Na Figura 1, observam-se fotografias atuais de lotes que não cumprem a função social da propriedade, bem como duas propostas de intervenções urbanas. Em ambos os casos, os espaços livres são qualificados a partir do paisagismo produtivo, com a implantação de pomares destinados ao cultivo comunitário. Na primeira proposta, denominada *Pomar Permanência*, as pessoas, além de colherem os frutos, são convidadas a permanecer no local, fazendo uso do mobiliário urbano projetado. Na segunda, busca-se incentivar a travessia do lote, promovendo a fruição entre vias e ampliando a conectividade urbana.

Figura 1 – Fotografias atuais e intervenções urbano-paisagísticas propostas para dois lotes de Perus



Fonte: Autoras, 2024

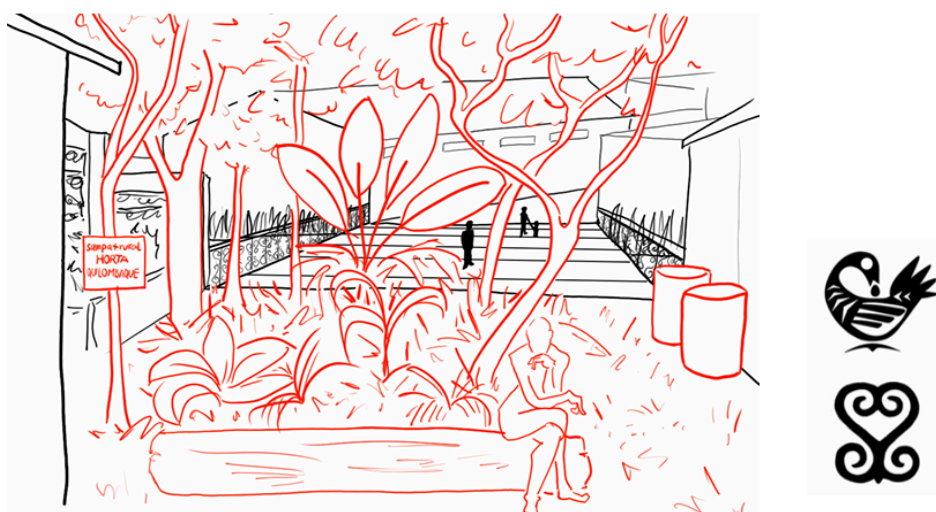
Na Figura 2, observa-se a proposta de intervenção na ponte situada no espaço livre existente nos fundos da Comunidade Cultural Quilombaque. Nela, foi sugerida a instalação de um guarda-corpo com o símbolo Adinkra *Sankofa*, que evoca a ancestralidade — o ato de olhar para o passado para seguir em frente, rumo ao futuro. O símbolo, que pode ser representado por um pássaro ou por uma forma semelhante a um coração, foi incorporado ao projeto de maneira inspirada nos gradis e portões característicos da arquitetura brasileira.

Compreende-se, ao final, que as problemáticas apresentadas não podem ser solucionadas apenas por meio de projetos urbanísticos, mas é possível contribuir para a construção de uma consciência crítica e comunitária sobre o uso e o significado dos espaços. O direito à cidade se coloca, então, como resposta à opressão histórica e às estruturas de dominação que marginalizam corpos e territórios.

A partir dessa leitura, torna-se urgente definir as bases de uma nova ordem urbana que seja negra, feminina e periférica — uma cidade plural, antirracista, anti-imperialista, antissexista e anticlassista. O fortalecimento das identidades coletivas e o reconhecimento dos saberes ancestrais

configuram passos fundamentais para a construção de uma vivência urbana mais justa, solidária e humana para todas, todos e todes.

Figura 2 – Ilustração da intervenção urbano-paisagística proposta para o espaço livre da Quilombaque



Fonte: Autoras, 2024

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma cidade deve ser compreendida como um processo essencialmente coletivo, em oposição à lógica individualista e competitiva que sustenta o capitalismo. As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo, fundamentadas em uma perspectiva marxista e decolonial, permitiram reconhecer que o direito à cidade não pode ser efetivado enquanto persistirem as estruturas econômicas e ideológicas que naturalizam a desigualdade e a exclusão.

A partir da análise bibliográfica e factual realizada, foi possível identificar que o espaço urbano atua como espelho e produto das relações de poder, reproduzindo os mecanismos de segregação social, racial e territorial. Por outro lado, a investigação sobre saberes ancestrais e experiências comunitárias — especialmente nas culturas negras, indígenas e periféricas — revelou caminhos possíveis para ressignificar a produção do espaço, orientando-a por princípios de solidariedade, coletividade e pertencimento.

O estudo reforça que não há luta pelo direito à cidade sem a incorporação de valores socialistas e anticapitalistas, assim como não é possível imaginar uma transformação social profunda sem que ocorra também uma revolução na forma como o espaço urbano é produzido. A cidade é, ao mesmo tempo, campo de disputa e instrumento de emancipação, e sua reconfiguração depende do fortalecimento dos movimentos sociais urbanos, sindicatos, coletivos e partidos comprometidos com a justiça social.

Assim, este trabalho buscou instigar reflexões sobre novas formas de pensar, ver e habitar a cidade. O convite que se faz é à ação — à construção de um urbanismo decolonial, popular e comunitário, que promova o reencontro com os saberes ancestrais e com o sentido de coletividade. Ao que tudo indica, somente por meio dessa transformação política, ética e espacial será possível vislumbrar cidades mais justas, diversas e verdadeiramente humanas para todas as vidas.

REFERÊNCIAS

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa**. 1. ed. São Paulo, Brasil: Paz & Terra, 2023. p. 288.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

_____. **Racismo e Cultura**. Universidade Federal Fluminense. Revista Convergência Crítica. Dossiê: A

Questão Ambiental na Atualidade. n.13. 2018.

JESUS, Carolina Maria de. **O Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. - São Paulo: Ática, 2014.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 (5ª edição, 2008).

LENIN, Vladimir Ilyich. **O Estado e a Revolução**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011a.

_____. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011b.

MARX, Karl. **O Capital, Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo : Boitempo, 2007.

MOURA, Clóvis. A quilombagem como expressão de protesto radical. In **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. 2001

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. 2aed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor Editor, 2002. 362 p.

NASCIMENTO, Beatriz.; RATTI, Alex (org.). **Uma História Feita Por Mãos Negras**: Relações Raciais, Quilombos e Movimentos. Cinelândia, Rio de Janeiro, RJ: Schwarcz S.A., 2021.